

CONCURSO PÚBLICO

| | | |
|----------------------|-------------------|---|
| CÓDIGO S11 | PROVA V | ATENÇÃO: VERIFIQUE SE CÓDIGO E PROVA DESTE CADERNO DE QUESTÕES CONFEREM COM O SEU CARTÃO DE RESPOSTAS |
| MANHÃ | | |



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

CARGO: ECONOMISTA

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

*“A natureza nos uniu em uma imensa família, e devemos
viver nossas vidas unidos, ajudando uns aos outros.”*

Sêneca

A T E N Ç Ã O :

1. O **Caderno de Questões** contém questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções A, B, C, D e E.
2. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento, cargo e prova. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 hora contada do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** caso permaneça na sala até 1 hora antes do término da prova.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões** e no **Cartão de Respostas**. Qualquer outro tipo de anotação será motivo de eliminação automática do candidato.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.funcab.org, conforme estabelecido no Cronograma.

BOA PROVA!

Realização:

CONHECIMENTOS GERAIS

- Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Texto:

Por que temos a sensação de que, em nosso País, há impunidade? Existem muitas respostas para essa pergunta, mas nos cingiremos a uma delas: o fato de que, atualmente, a liberdade é regra e a prisão exceção.

Todas as nossas leis penais e processuais penais partem dessa premissa. A constrição da liberdade somente tem lugar quando há grave violação ao pacto social, por ser medida extrema e demasiadamente aflitiva.

Mas nem sempre foi assim. A História é pródiga em nos mostrar como o valor liberdade, tão eclipsado em determinados períodos, cresceu e foi, aos poucos, reconhecido como inerente à condição humana, tendo ampliado seus vetores para outras direções e deixado de ser protegido apenas quanto ao aspecto da liberdade de ir e vir.

Com efeito, é por uma razão de ordem existencial – o ideal do homem livre – e não jurídica, que nossas leis primam pela utilização da prisão como último recurso. Assim, apenas em modalidades estritamente previstas em lei, o Estado, e somente o Estado, pode impor a pena das penas: o cárcere.

Beccaria chegou a afirmar que “um roubo praticado sem uso de violência apenas deveria ser punido com uma pena em dinheiro. É justo que aquele que rouba o bem de outrem seja despojado do seu.” Mas reconheceu a dificuldade da medida: “Contudo, se o roubo é comumente o crime da miséria e da aflição, se esse crime apenas é praticado por essa classe de homens infelizes, para os quais o direito de propriedade (direito terrível e talvez desnecessário) apenas deixou a vida como único bem, as penas em dinheiro contribuirão tão-somente para aumentar os roubos, fazendo crescer o número de mendigos, tirando o pão a uma família inocente para dá-lo a um rico talvez criminoso.”

O nosso legislador, por uma questão de política criminal certamente não inspirada em Beccaria, apenou o crime de roubo com a privação de liberdade. Mas para que uma pessoa seja presa por isso, deverá ser, antes de tudo, submetida a um devido processo legal.

Trata-se da prisão decorrente de sentença penal condenatória. Esta modalidade de prisão é factível quando, após um processo regular e válido, com ampla defesa e contraditório, a autoridade judicial, devidamente investida em seu

cargo, condena um indivíduo por um crime cuja pena cominada seja privativa de liberdade.

Ainda assim, a efetiva prisão somente será possível quando o processo transitar em julgado, ou seja, quando não couber mais recurso da decisão. Isso porque, em nosso País, seguindo a esteira processualista mais moderna, não há necessidade de recolhimento ao cárcere para apelar, em virtude do princípio constitucional da presunção da inocência.

Uma vez decretada a procedência da acusação, ou seja, tendo o Estado reconhecido a justa causa para a pretensão punitiva através de uma sentença condenatória, dá-se início ao cumprimento da pena, com seus diferentes regimes.

Em suma, esta é a prisão que se justifica pelo cometimento de um crime, cuja autoria e materialidade restaram devidamente comprovadas por meio de um processo judicial justo. (ARAGÃO, Daphne Polisel. In: <http://curiofisica.com.br/index.php/direito/processual-penal/prisao-e-liberdade-i-2#more-2377>)

1. A argumentação desenvolvida ao longo do texto está orientada no sentido de levar o leitor a concluir que:

- A) a sensação de impunidade no Brasil é tão só decorrência de uma legislação que priorizou a liberdade como valor inerente ao homem.
- B) a impunidade no Brasil é fruto da adoção de uma política que burocratizou o processo penal, facilitando o não cumprimento da lei.
- C) no Brasil, a sensação de impunidade é maior à medida que a noção de liberdade se torna mais forte que a própria noção de justiça.
- D) só não há impunidade no Brasil quando o crime a ser penalizado consiste em roubo praticado sem emprego de violência.
- E) nossa legislação, embora não inspirada diretamente em Beccaria, adotou uma política penal e processual penal que só beneficia o infrator.

2. Beccaria afirma que “um roubo praticado sem uso de violência apenas deveria ser punido com uma pena em dinheiro” (parágrafo 5), justificando imediatamente essa tese com:

- A) uma comparação.
- B) uma conclusão lógica.
- C) uma explicação.
- D) um fato tomado como evidência.
- E) um exemplo.

3. Releia-se o que escreve Beccaria:

“Contudo, se o roubo é comumente o crime da miséria e da aflição, se esse crime apenas é praticado por essa classe de homens infelizes, para os quais o direito de propriedade (direito terrível e talvez desnecessário) apenas deixou a vida como único bem, [.....] as penas em dinheiro contribuirão tão-somente para aumentar os roubos, fazendo crescer o número de mendigos, tirando o pão a uma família inocente para dá-lo a rico talvez criminoso.” (parágrafo 5)

A palavra ou locução que, usada no espaço entre colchetes deixado no período, fortalece a conexão lógica entre as orações adverbiais condicionais e o que ele afirma a seguir é:

- A) inclusive.
- B) além disso.
- C) então.
- D) por outro lado.
- E) mesmo.

4. O sentido do enunciado altera-se com a substituição da locução empregada no texto por qualquer das formas sugeridas em:

- A) Com efeito / De fato, Realmente. (parágrafo 4)
- B) Ainda assim / De maneira que, De sorte que. (parágrafo 8)
- C) ou seja / vale dizer, por outra. (parágrafo 8)
- D) Uma vez / Desde que, Caso. (parágrafo 9)
- E) Em suma / Em resumo, Sintetizando. (parágrafo 10)

5. Todos os termos a seguir explicam ou esclarecem o que se disse anteriormente na frase, COM EXCEÇÃO apenas de:

- A) o fato de que, atualmente, a liberdade é regra e a prisão exceção. (parágrafo 1)
- B) o ideal do homem livre. (parágrafo 4)
- C) o cárcere. (parágrafo 4)
- D) quando não couber mais recurso da decisão. (parágrafo 8)
- E) pelo cometimento de um crime. (parágrafo 10)

6. Há ERRO evidente na determinação da circunstância expressa no contexto da oração pelo seguinte adjunto adverbial:

- A) por uma questão de política criminal. / causa (parágrafo 6)
- B) com a privação de liberdade. / modo (parágrafo 6)
- C) após um processo regular e válido, com ampla defesa e contraditório. / tempo (parágrafo 7)
- D) em virtude do princípio constitucional da presunção da inocência. / consequência (parágrafo 8)
- E) por meio de um processo judicial justo. / instrumento (parágrafo 10)

7. É visível a alteração de sentido do enunciado com a substituição da palavra em destaque por qualquer das duas indicadas em:

- A) constricção da liberdade / restrição, limitação. (parágrafo 2)
- B) inerente à condição humana / atinente, pertinente. (parágrafo 3)
- C) é factível quando / exequível, realizável. (parágrafo 7)
- D) cuja pena cominada / prescrita, imposta. (parágrafo 7)
- E) presunção de inocência / pretensão, afetação. (parágrafo 8)

8. Há ERRO óbvio no comentário a respeito da significação da palavra destacada em:

- A) o valor liberdade, tão eclipsado / palavra em sentido figurado, metáfora.
- B) o Estado, (...) pode impor a pena / homônimo de “pena” com valor de “pluma”.
- C) com a privação de liberdade / sinônimo de “supressão”.
- D) prisão decorrente de sentença penal condenatória / antônimo de “oriunda”.
- E) dá-se início ao cumprimento da pena / parônimo de “comprimento”.

9. Na formação das palavras relacionadas a seguir, o papel do sufixo em destaque está indicado com evidente equívoco na alternativa:

- A) impunidade – materialidade (forma substantivos de adjetivos)
- B) processual – criminal (forma adjetivos de substantivos)
- C) cometimento – recolhimento (forma substantivos de verbos)
- D) estritamente – certamente (forma advérbios de adjetivos)
- E) acusação – utilização (forma substantivos de substantivos)

10. É inaceitável, do ponto de vista das normas em vigor, a mudança de pontuação sugerida na alternativa:

- A) Existem muitas respostas para essa pergunta, mas nos cingiremos a uma delas / deslocar a vírgula para depois da conjunção.
- B) a liberdade é regra e a prisão exceção / sinalizar com vírgula a elipse do verbo.
- C) nem sempre foi assim. A História é pródiga em nos mostrar / usar dois pontos (seguido de minúscula) em lugar de ponto.
- D) o Estado, e somente o Estado, pode impor a pena / usar travessões em vez de vírgulas para destacar ainda mais o papel do Estado.
- E) o Estado (...) pode impor a pena das penas: o cárcere / substituir os dois pontos por vírgula.

11. Tal como o substantivo “recolhimento” – que tanto pode reger a preposição “a” (“recolhimento ao cárcere”) como a preposição “em” –, todos os nomes a seguir admitem dupla regência, COM EXCEÇÃO apenas do que está destacado em:

- A) respostas para essa pergunta (parágrafo 1).
- B) violação ao pacto social (parágrafo 2).
- C) direito de propriedade (parágrafo 5).
- D) inspirada em Beccaria (parágrafo 6).
- E) decorrente de sentença penal condenatória (parágrafo 7).

12. Tentando reescrever passagens do texto, só se escapou ao ERRO de concordância verbal em:

- A) todas as nossas leis penais e processuais penais partem dessa premissa / Dessa premissa parte todas as nossas leis penais e processuais penais (parágrafo 2)
- B) é por uma razão de ordem existencial (...) que nossas leis primam pela utilização da prisão / são por razões de ordem existencial que nossas leis primam pela utilização da prisão (parágrafo 3)
- C) é justo que aquele que rouba o bem de outrem seja despojado do seu / É justo que seja despojado dos seus bens aqueles que roubam o bem de outrem (parágrafo 5)
- D) um roubo praticado sem uso de violência apenas deveria ser punido com uma pena em dinheiro / deveria apenas ser punido com penas em dinheiro um roubo praticado sem uso de violência (parágrafo 5)
- E) trata-se da prisão decorrente de sentença penal condenatória / Tratam-se das prisões decorrentes de sentenças penais condenatórias (parágrafo 7)

13. A autora escreve “mas nos cingiremos a uma delas” (parágrafo 1), e não “cingiremo-nos”, para não infringir a mesma regra de colocação pronominal DESRESPEITADA em:

- A) o livro havia sumido e eu queria que alguém procurasse-o.
- B) se não achasse o livro na estante, eu procuraria-o por toda a casa.
- C) aquele livro era ótimo, por isso tenho procurado-o com insistência.
- D) procure o livro para mim, que eu hoje não procuro-o mais.
- E) venho tentando achar o livro, mas quem disse que encontro-o?

14. A autora não coloca acento grave no “a” de “mas nos cingiremos a uma delas” (parágrafo 1), do mesmo modo que o evitaria se, em vez de “a uma delas”, houvesse escrito:

- A) a principal.
- B) a esta.
- C) a que interessa no momento.
- D) a de ordem social.
- E) a seguinte.

15. Escrevem-se com “ç”, como “presunção” (parágrafo 8), e com “s”, como “pretensão” (parágrafo 9), respectivamente, os sufixos dos substantivos usados em:

- A) conten...ção da fuga – deser...ção do soldado
- B) subver...ção da ordem – exten...ção da pena
- C) preven...ção do crime – apreen...ção da droga
- D) extin...ção da quadrilha – distor...ção dos fatos
- E) propen...ção ao delito – deten...ção do bando

- Atualidades Regionais

16. Ao se analisar a situação econômica da região Norte, pode-se constatar que a geração de energia comprometeu o seu crescimento e o grande obstáculo para um melhor desempenho no setor foi:

- A) ter reservas de carvão insuficientes para atender às necessidades do setor.
- B) dispor de um tipo de petróleo considerado inadequado à geração de energia.
- C) falta de empenho dos governos estaduais em desenvolver novas pesquisas.
- D) ausência de rios planálticos que facilitam a instalação de usinas hidrelétricas.
- E) oferta de gás natural vinda de áreas produtoras distantes, como a região Sul.

17. Os principais líderes mundiais estiveram reunidos em Seul, capital da Coreia do Sul, durante a segunda semana de novembro, para debaterem problemas relacionados à economia mundial, principalmente a questão cambial, já que a prática chinesa de manter a sua moeda desvalorizada artificialmente é considerada uma prática desleal pelas demais nações. Devido à prática cambial chinesa, o comércio internacional está sendo marcado por:

- A) oferta de produtos chineses a preços menores que o de seus concorrentes.
- B) intervenção da Organização Mundial do Comércio em todas as negociações.
- C) queda no volume de vendas, por conta da valorização da moeda norte-americana.
- D) medidas protecionistas contra os produtos chineses, lideradas pelos japoneses.
- E) negociações bilaterais entre os chineses e aqueles interessados em seus produtos.

18. O Brasil subiu quatro posições no ranking global de bem-estar das populações em 2010. Saltou da 77ª para a 73ª colocação. A escalada brasileira de quatro posições obtida em 2009 foi o melhor desempenho no ranking, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud. Os dados do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – refletem o país de 2009 para a maioria dos indicadores e poderíamos estar em melhor posição caso tivesse havido avanços em todos os setores avaliados pela ONU. Neste caso, o setor que pode ter impedido uma melhor colocação para o país foi:

- A) renda *per capita*.
- B) escolaridade.
- C) esperança de vida.
- D) saneamento básico.
- E) acesso à internet.

19. Responda esta questão com base na previsão do tempo para 19/08/2009.

Mais uma “friagem” deve atingir Rondônia esta semana – a quinta do ano – provocando acentuado declínio nas temperaturas, principalmente no sul e oeste do estado.

A justificativa para o avanço da frente fria na região Norte, nesta época do ano é:

- A) facilidade da massa polar atlântica chegar até a Amazônia ocidental.
- B) alteração na dinâmica das massas de ar por conta do aquecimento global.
- C) interferência nos estados do tempo devido aos fenômenos El Niño e La Niña.
- D) efeito das longas temporadas de tempo seco, típico do outono-inverno.
- E) consequência da formação de zonas de convergência equatorial e tropical.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- Noções de Administração Pública

20. A Assembleia Legislativa de Rondônia revogou a proteção estadual de quase 1 milhão de hectares de florestas. O ato foi formalizado por leis complementares. Elas extinguiram sete unidades de conservação que somam pouco mais de 973 mil hectares – o equivalente a mais de seis cidades de São Paulo. Abaixo, você encontra uma opção que destaca corretamente a justificativa para a medida aprovada pelo Poder Público. Assinale-a.

- A) Necessidade de dar continuidade às obras da rodovia BR-364.
- B) Área prevista para ser inundada no conjunto de obras das hidrelétricas.
- C) Previsão de dar sequência à expansão da agricultura de café e soja.
- D) Espaço que será destinado à construção de casas para a população.
- E) Pressão de madeireiras, fazendeiros, mineradores ou do próprio governo.

21. Nos quadros da Administração Pública há cargos efetivos, cargos vitalícios e cargos em comissão. Todos são criados por lei, em caráter permanente e número certo, remunerados pelos cofres públicos. Em outras palavras, são cargos públicos. Sobre os cargos públicos, uma afirmativa NÃO está correta. Identifique-a.

- A) Os titulares dos cargos efetivos mantêm vínculo profissional e funcional permanente com o cargo e suas atribuições, vale dizer, com a Administração. São os agentes públicos que ingressam nas carreiras do serviço público por meio do concurso público.
- B) Os cargos em comissão, a serem preenchidos exclusivamente por servidores efetivos, de carreira, destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- C) Quando um cargo for extinto ou for declarada a sua desnecessidade, o servidor que o ocupa, sendo estável, ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- D) Os cargos em comissão são permanentes, mas de ocupação transitória; seus titulares são nomeados em função da relação de confiança que existe entre eles e a autoridade nomeante.
- E) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, nos casos de: dois cargos de professor; um cargo de professor e outro técnico ou científico; dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas.

22. De acordo com a Lei Complementar nº 68/92 do Estado de Rondônia constitui um direito do servidor público:

- A) requerer, pedir reconsideração e recorrer de decisões.
- B) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou mandatário.
- C) ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.
- D) recusar fé a documentos públicos.
- E) promover manifestações de apreço ou desapeço no recinto da repartição.

23. Os servidores públicos, no desempenho de suas funções ou a pretexto de exercê-las, podem cometer infrações de três ordens: administrativa, civil e penal. Sobre as responsabilidades dos servidores pela prática dessas infrações, uma das afirmativas está INCORRETA. Identifique-a.

- A) A responsabilidade civil é a imputação ao servidor público da obrigação de reparar o dano que tenha causado à Administração ou a terceiro, em decorrência de conduta culposa ou dolosa, de caráter comissivo ou omissivo.
- B) A absolvição criminal só afasta a responsabilidade administrativa e civil quando ficar decidida a inexistência do fato ou a não autoria imputada ao servidor.
- C) A responsabilidade administrativa é a que resulta da violação de normas internas da Administração pelo servidor sujeito ao estatuto e disposições complementares.
- D) A extinção da penalidade administrativa dá-se, normalmente, pelo seu cumprimento ou, excepcionalmente, pela sua prescrição, podendo, ainda, ser concedida a anistia administrativa por meio de ato Legislativo.
- E) As responsabilidades civil, administrativa e penal são independentes e podem ser apuradas conjunta ou separadamente.

24. O Artigo 40 da Constituição Federal assegura aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, o regime de previdência de caráter:

- A) distributivo.
- B) contributivo e solidário.
- C) previdenciário e participativo.
- D) proporcional e vinculado.
- E) preventivo.

25. De acordo com a Lei Complementar nº 68/92, constitui uma infração disciplinar punível com demissão:

- A) revelar segredo do qual se apropriou em razão do cargo.
- B) conceder diárias com o objetivo de remunerar outros serviços ou encargos, bem como recebê-las pela mesma razão ou fundamento.
- C) obstar o pleno exercício da atividade administrativa.
- D) faltar à verdade, com má-fé, no exercício das funções.
- E) deixar de pagar dívidas ou pensões a que esteja obrigado em virtude de decisão judicial.

26. De acordo com o Artigo 186 da Constituição Estadual de Rondônia, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e executada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua preparação e qualificação para o trabalho. Cabe aos Municípios prioritariamente:

- A) atuar no ensino fundamental e na pré-escola.
- B) garantir o acesso ao ensino supletivo.
- C) valorizar os profissionais do magistério, garantindo-lhes, na forma da lei, planos de carreira, envolvendo remuneração e outros benefícios.
- D) criar cursos técnicos.
- E) aplicar recursos financeiros na manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com o estabelecido na Constituição Federal.

27. Sobre os servidores públicos, uma das afirmativas está INCORRETA, de acordo com os preceitos constitucionais. Identifique-a.

- A) Como condição para a aquisição da estabilidade, o servidor deverá passar por processo de avaliação de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- B) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, bem como de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.
- C) Em qualquer caso que exija o afastamento do servidor para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- D) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- E) O prazo de validade do concurso público é de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

28. Apenas uma das formas citadas NÃO se caracteriza como provimento de cargo público. Identifique-a.

- A) Nomeação.
- B) Ascensão.
- C) Reintegração.
- D) Readaptação.
- E) Promoção.

29. A reinvestidura do servidor público efetivo em cargo que ocupava anteriormente, após a invalidação de sua demissão, por decisão judicial, denomina-se:

- A) reversão.
- B) readaptação.
- C) reintegração.
- D) remoção.
- E) revisão.

30. Dentre os requisitos básicos para investidura em cargo público elencados abaixo, um NÃO se enquadra como essencial. Identifique-o.

- A) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- B) Aptidão física e mental.
- C) Gozo dos direitos políticos.
- D) Idade mínima de dezoito anos.
- E) Comprovação de ausência de condenação penal.

- Informática Básica

31. No Microsoft Office Excel, qual expressão representa uma célula?

- A) A1
- B) A1:A4
- C) =SOMA(A1:A4)
- D) A
- E) 1

32. O que deve ser digitado para iniciar uma fórmula no Excel?

- A) Uma função.
- B) Operadores matemáticos.
- C) Tecla F1.
- D) Um sinal de igual (=).
- E) Um parênteses.






33. No Windows Explorer, a imagem  representa:


- A) um arquivo.
- B) uma pasta.
- C) uma impressora.
- D) um link para um site da internet.
- E) uma ferramenta.

34. Suponha que seu vídeo esteja configurado para a resolução de tela 1024 por 768 pixels. Qual configuração aumentará o tamanho da fonte, levando em conta a configuração citada?

- A) 2048 por 1536.
- B) 1153 por 864.
- C) 1024 por 864.
- D) 800 por 768.
- E) 800 por 600.

35. No Microsoft Office Word, qual ícone permite desfazer a digitação de um texto em um documento?

- A) 
- B) 
- C) 
- D) 
- E) 

36. Observe a seguir a régua do Microsoft Office Word. Qual o nome da marcação representada pela imagem  ?



- A) Margem.
- B) Parada de tabulação.
- C) Estilo de formatação.
- D) Espaçamento.
- E) Quadro.

37. Para localizar um texto num site disponível na Internet, a ferramenta recomendada é:

- A) Windows Explorer.
- B) Painel de Controle.
- C) Google.
- D) Microsoft Outlook.
- E) Skype.

38. Suponha que você queira colocar no cabeçalho de um documento Word o nome do arquivo. A melhor forma de criar esse cabeçalho de forma a garantir que ao mudar o nome do arquivo, o cabeçalho exibirá o novo nome, de forma automática, sem a necessidade de que você altere, manualmente, o cabeçalho é:

- A) Modelo.
- B) AutoFormatação.
- C) AutoCorreção.
- D) AutoTexto.
- E) Controle de Alterações.

39. No Microsoft Office Outlook, considere a situação em que se deseja enviar um email sinalizado com prioridade alta. O ícone que permite fazer essa marcação na mensagem é:

- A) 
- B) 
- C) 
- D) 
- E) 

40. Qual a combinação de teclas no Windows Internet Explorer que estabelece o nível de zoom de 100%?

- A) CTRL 0
- B) CTRL +
- C) CTRL -
- D) CTRL 100
- E) 100

- Área de Formação

41. A curva de demanda de um consumidor individual por uma mercadoria específica relaciona as quantidades de equilíbrio desta mercadoria comprada ao preço de mercado. Assim:

- A) a quantidade demandada varia diretamente com o preço, permanecendo constantes a renda monetária nominal e os preços das demais mercadorias.
- B) a quantidade demandada varia diretamente com o preço, aumentando a renda monetária nominal e mantendo-se constantes os preços das demais mercadorias.
- C) a quantidade demandada varia inversamente com o preço, reduzindo-se a renda monetária nominal e os preços das demais mercadorias.
- D) a quantidade demandada varia inversamente com o preço, permanecendo constantes a renda monetária nominal e os preços das demais mercadorias.
- E) a quantidade demandada varia inversamente com o preço, aumentando a renda monetária nominal e os preços das demais mercadorias.

42. Selecione a alternativa a seguir que define o “efeito renda” devido a uma variação do preço de uma mercadoria.

- A) É a variação na quantidade demandada resultante, exclusivamente, de uma redução na renda real, em que todos os outros preços e a renda monetária permanecem constantes.
- B) É a variação na quantidade demandada resultante, exclusivamente, de uma variação na renda real, em que todos os outros preços se reduzem e a renda monetária permanece constante.
- C) É a variação na quantidade demandada resultante, exclusivamente, de uma variação na renda real, em que todos os outros preços e a renda monetária permanecem constantes.
- D) É a variação na quantidade demandada resultante, exclusivamente, de uma variação na renda real, em que todos os outros preços e a renda monetária aumentam.
- E) É a variação na quantidade demandada resultante, exclusivamente, de uma variação na renda real, em que todos os outros preços e a renda monetária se reduzem.

43. A lei da oferta é a afirmação de que:

- A) com tudo o mais mantido constante, a quantidade ofertada de uma mercadoria aumenta quando seu preço diminui.
- B) com tudo o mais mantido constante, a quantidade ofertada de uma mercadoria se reduz quando seu preço aumenta.
- C) com tudo o mais mantido constante, a quantidade ofertada de uma mercadoria aumenta quando seu preço aumenta.
- D) quando a renda aumenta, a quantidade ofertada de uma mercadoria aumenta quando seu preço diminui.
- E) quando a renda diminui, a quantidade ofertada de uma mercadoria aumenta quando seu preço diminui.

44. O Princípio dos Rendimentos Físicos Marginais Decrescentes é assim definido:

- A) com o aumento da quantidade do insumo variável, mantendo-se constante a quantidade do outro insumo, o fixo, encontra-se um ponto para além do qual o produto médio cai.
- B) com a redução da quantidade do insumo variável, mantendo-se constante a quantidade do outro insumo, o fixo, encontra-se um ponto para além do qual o produto marginal cai.
- C) com o aumento da quantidade do insumo variável, mantendo-se constante a quantidade do outro insumo, o fixo, encontra-se um ponto para além do qual o produto marginal cai.
- D) com o aumento da quantidade do insumo variável, mantendo-se constante a quantidade do outro insumo, o fixo, encontra-se um ponto para além do qual o produto marginal aumenta.
- E) com o aumento da quantidade do insumo variável, mantendo-se constante a quantidade do outro insumo, o fixo, encontra-se um ponto para além do qual os produtos médio e marginal aumentam.

45. O Produto Nacional Bruto, PNB, é o valor de todos os bens e serviços produzidos na economia, num dado período de tempo. Já o Produto Nacional Líquido, PNL, corresponde a:

- A) PNB menos impostos.
- B) PNB menos exportações.
- C) PNB menos depreciação.
- D) PNB menos importações, mais exportações.
- E) PNB mais importações, menos exportações.

46. A Renda Nacional, RN, nos dá o valor do produto a custos de fatores, em vez de a preços de mercado, que vem a ser o Produto Nacional Bruto, PNB. Ela nos diz qual a remuneração efetiva dos fatores de produção, antes da tributação e das transferências. Desta forma, qual das alternativas a seguir representa a distribuição da Renda nacional?

- A) folha de pagamentos, renda dos proprietários, renda pessoal de locações, lucros das empresas e juros líquidos.
- B) folha de pagamentos, renda dos proprietários, renda pessoal de locações, lucros das empresas e juros brutos.
- C) folha de pagamentos, renda dos proprietários, renda pessoal de locações, lucros das empresas, juros líquidos e saldo das cadernetas de poupança.
- D) folha de pagamentos, renda dos proprietários, renda pessoal de locações, lucros das empresas, juros brutos e saldos das cadernetas de poupança.
- E) folha de pagamentos, renda dos proprietários, renda pessoal de locações, lucros das empresas, juros líquidos, depósitos em contas corrente e saldos das cadernetas de poupança.

47. No modelo IS/LM, tomando-se por constantes a estrutura tributária e a quantidade real de moeda, qual o efeito do aumento dos gastos governamentais sobre a demanda?

- A) reduz.
- B) não altera.
- C) aumenta.
- D) primeiro reduz e depois aumenta.
- E) primeiro reduz e depois não altera.

48. De acordo com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, classifica-se a aquisição de um imóvel pronto para uso de um determinado ente da Federação como:

- A) investimento.
- B) inversão financeira.
- C) transferência de capital.
- D) investimento em material permanente.
- E) investimento em regime de execução especial.

49. A Lei de Orçamento Anual, LOA, compreenderá:

- A) todas as receitas, exceto as operações de crédito autorizadas em lei.
- B) todas as receitas, inclusive as operações de crédito autorizadas em lei.
- C) somente as receitas próprias, e as operações de crédito autorizadas em lei.
- D) todas as receitas, inclusive as operações de crédito autorizadas em lei, bem como as operações de crédito por antecipação de receita.
- E) somente as receitas próprias, e as operações de crédito autorizadas por antecipação de receita.

50. O empenho da despesa é conceituado como:

- A) ato emanado de autoridade competente que não cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de obrigação.
- B) ato exclusivo do Poder Legislativo emanado pelo Titular deste Poder que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de obrigação.
- C) ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de obrigação.
- D) ato exclusivo do Poder Executivo emanado pelo Titular deste Poder que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de obrigação.
- E) ato exclusivo do Poder Judiciário emanado pelo Titular deste Poder que não cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de obrigação.

51. Os recursos orçamentários são previstos através de créditos orçamentários aprovados pelo Poder Legislativo no orçamento anual. Os créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Os créditos adicionais classificam-se em:

- A) suplementares, especiais e extraordinários.
- B) complementares, especiais e extraordinários.
- C) complementares, ordinários e extraordinários.
- D) suplementares, ordinários e extraordinários.
- E) suplementares, ordinários e compensáveis.

52. De acordo com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF, as previsões de receitas da Lei de Orçamento observarão o disposto no seu Art. 12. Obriga-se o Poder Executivo de cada ente da Federação a franquear os estudos das previsões das receitas para o exercício subsequente:

- A) somente ao Poder Legislativo.
- B) somente ao Poder Judiciário.
- C) aos demais poderes e ao Ministério Público.
- D) somente ao Ministério Público.
- E) somente ao Tribunal de Contas da União.

53. Para os fins do disposto no “caput” do Art 169 da Constituição da República Federativa do Brasil, a despesa total com pessoal, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, NÃO poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, respectivamente para União, Estados e Municípios, a seguir discriminados:

- A) 50%, 60%, 60%.
- B) 50%, 50%, 50%.
- C) 60%, 60%, 60%.
- D) 60%, 50%, 50%.
- E) 60%, 50%, 40%.

54. De acordo com o Art 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão classificados como:

- A) outras despesas de pessoal.
- B) despesas de capital.
- C) despesas extraorçamentária.
- D) despesas de pessoal e encargos sociais.
- E) outras despesas correntes.

55. No que se refere à preservação do patrimônio público previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedada:

- A) a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- B) a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, mesmo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- C) a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente.
- D) a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos gastos com a manutenção e o desenvolvimento do ensino.
- E) a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos gastos com a manutenção e o desenvolvimento do ensino e as despesas com o Sistema Único de Saúde.

56. Segundo Werner Baer, “a economia brasileira penetrou em seu notável período de ‘boom’ em 1968. O crescimento real do Produto Interno Bruto, PIB, que atingia a média de somente 3,7% no período 1962/67, alcançou médias anuais de 11,3% nos anos 1968/1974”. Assim, no chamado milagre brasileiro, podemos afirmar que:

- A) um aspecto do crescimento econômico que apenas começava a ser notado foi um enorme programa de privatizações.
- B) um aspecto do crescimento econômico que apenas começava a ser notado foi o grande e crescente envolvimento do Estado na economia.
- C) todo o financiamento da economia foi centralizado no então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, BNDE.
- D) todo o financiamento da economia foi centralizado no então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, BNDE e no Banco do Brasil.
- E) foi terminantemente proibido o endividamento externo.

57. Em 28 de fevereiro de 1986, num pronunciamento pela TV, o Presidente Sarney anunciou o Decreto-Lei nº 2.284, o chamado Plano Cruzado. O objetivo do plano e os principais tópicos foram os seguintes:

- A) derrubar a inflação com um golpe violento através de restrições às exportações e liberdade para livre negociação salarial.
- B) derrubar a inflação com um golpe violento através do congelamento dos preços dos produtos e congelamento salarial após um reajuste que fixou os novos salários reais com base na média dos seis meses anteriores mais 8%.
- C) redução gradativa da inflação, com aumento das exportações e redução das importações.
- D) redução gradativa da inflação com redução do salário real e aumento das importações.
- E) derrubar a inflação com um golpe violento, através do congelamento dos preços dos produtos e salários e bloqueio da poupança por seis meses.

58. Após o fracasso do Plano Cruzado no final de 1986, até a saída do Presidente Collor em 1992, as principais características da economia brasileira foram:

- A) estagnação do crescimento econômico e altas taxas inflacionárias.
- B) estagnação do crescimento econômico e baixas taxas inflacionárias.
- C) enorme crescimento econômico e altas taxas inflacionárias.
- D) enorme crescimento econômico e baixas taxas inflacionárias.
- E) crescimento econômico moderado e baixas taxas inflacionárias.

59. Em fevereiro de 1994 foi introduzido na economia brasileira um indexador denominado Unidade Real de Valor, URV. Posteriormente, em 01 de julho de 1994, o Real foi implantado equivalente a uma URV ou US\$ 1,00, também equivalente a CR\$ 2.750,00 antigos. A política econômica adotada inicialmente com a nova moeda, o Real, foi:

- A) política monetária restritiva.
- B) política monetária expansionista.
- C) congelamento de preços.
- D) congelamento de preços, salários e juros.
- E) congelamento de preços e do câmbio.

60. Assinale a opção que apresenta o principal dilema enfrentado em 2003, no início do primeiro governo do Presidente Lula, pelos gestores da política econômica.

- A) A manutenção de uma política macroeconômica ortodoxa e a obtenção de uma maior equidade socioeconômica.
- B) Congelamento de preços e salários e a busca da distribuição de renda.
- C) A busca de uma política econômica heterodoxa e o aumento das importações.
- D) A busca de uma política monetária ortodoxa e um Banco Central legalmente independente.
- E) O congelamento dos juros e do câmbio e uma política de redistribuição de renda.